



Comércio Brasil – Argentina tem pior resultado desde a crise de 2008 **2**

Governo define mecanismos para enfrentar a dívida dos importadores **4**

Reduções das tarifas de exportações aumentam entrada de divisas **5**

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Primeiro mês da administração macri concentra medidas cambiais e comerciais

O primeiro mês do governo da Argentina foi caracterizado pelo esforço de dar partida a um novo ciclo econômico baseado em maior previsibilidade, reconhecimento e disposição para solucionar problemas, maior diálogo com o empresariado e menor intervenção do estado na economia.

Os desafios são grandes. As novas medidas devem ser consistentes com um projeto mais amplo de recuperação da economia, mas também viáveis no ambiente político e social do país. O governo terá o desafio de tratar os desequilíbrios herdados da administração anterior de forma a reduzir ao mínimo os impactos sobre emprego e renda dos assalariados, em um contexto sem maioria parlamentar.

As principais medidas adotadas foram nas esferas das políticas cambial e comercial. A eliminação do controle cambial (cepo) e a unificação do mercado de câmbio determinaram uma desvalorização do peso de quase 40% e praticamente o desaparecimento da lacuna entre a taxa de câmbio oficial e a taxa do mercado paralelo.

A eliminação do controle cambial exigiu preparação. Considerando o baixo nível das reservas, a primeira providência foi criar recursos para fortale-

cer a posição do Banco Central. Foram realizados entendimentos entre o governo e empresas exportadoras de cereais para liquidar estoques retidos de grãos, entendimentos com bancos estrangeiros para financiamento de ativos do Banco Central com garantias (ainda não implementados) e conversão em dólares de parte do empréstimo chinês (“swap”).

Outra medida tomada antes da eliminação do controle cambial está relacionada ao estoque de dívida dos importadores e juros não pagos ao exterior. O governo definiu mecanismos de escalonamento para esses pagamentos (ver matéria a seguir) de forma a viabilizar uma solução gradual para o problema, procurando preservar reservas em moeda forte.¹

Para equilíbrio das medidas econômicas adotadas nesta primeira etapa de governo, o pacote de medidas cambiais e de pagamentos foi lastreado pelas medidas comerciais destacando-se: i) suspensão das Declarações Juradas Antecipadas de Importação (DJAS) analisada no Informe de Buenos Aires de dezembro de 2015; e ii) eliminação das tarifas de exportação sobre produtos industriais e agropecuários e redução das tarifas sobre exportação de soja, abordados neste informe.

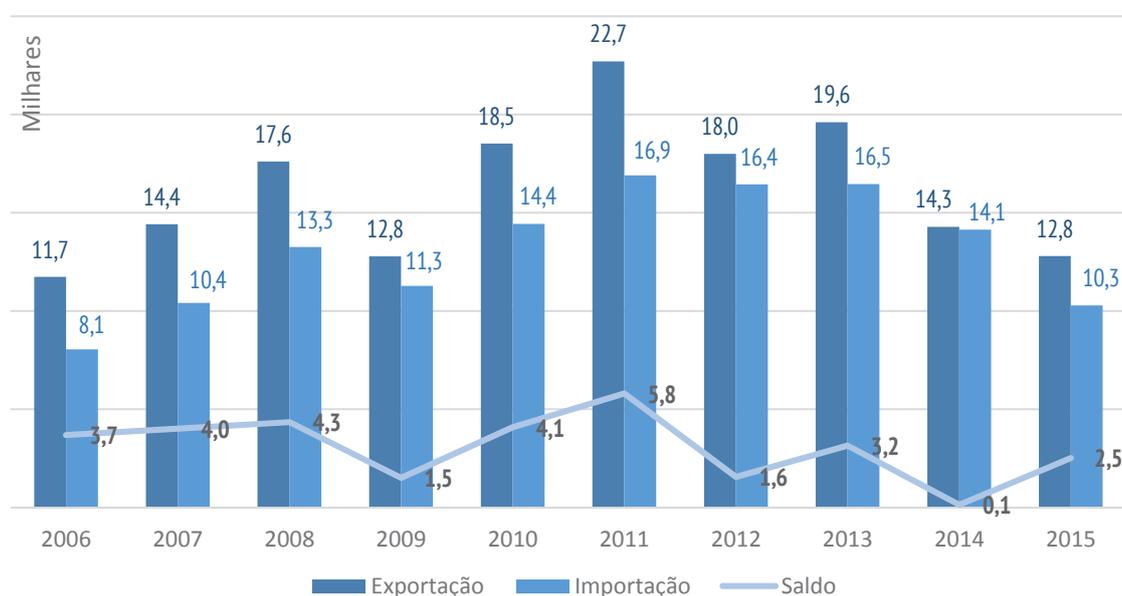
¹ Ver artigo completo em <http://www.abeceb.com/web/content/show/675013/los-primeros-pasos-de-la-administracion-macri>

Comércio Brasil – Argentina tem pior resultado desde a crise de 2008

O intercâmbio bilateral em 2015 (exportações + importações) é menor do que o registrado em 2009, ano de crise internacional. A redução da atividade econômica no Brasil, somada à falta de divisas (e as diversas restrições ao comércio) na Argentina, impactaram fortemente no comércio no ano passado.

A corrente de comércio caiu cerca de 19%, em relação à 2014, atingindo o valor de aproximadamente US\$ 23 bilhões. A queda foi puxada principalmente pela redução de mais de 27% nas importações brasileiras. As exportações também se reduziram, porém em menor magnitude, cerca de 10%. Com isso, o saldo comercial ficou positivo para o Brasil em US\$ 2,5 bilhões, bem superior ao registrado em 2014, quando ficou próximo de zero.

Comércio Bilateral Brasil – Argentina (US\$ bi)



Fonte: Funcexdata

Principais produtos brasileiros exportados para a Argentina

Descrições	2014		2015		Variação 2015/14
	US\$ milhões	Part%	US\$ milhões	Part%	
Automóveis de passageiros	2.624	18,4%	2.541	19,9%	-3,2%
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	1.389	9,7%	1.235	9,6%	-11,1%
Veículos de carga	703	4,9%	778	6,1%	10,7%
Motores para veículos automóveis e suas partes	440	3,1%	396	3,1%	-10,0%
Polímeros de etileno, propileno e estireno	463	3,2%	359	2,8%	-22,4%
Minérios de ferro e seus concentrados	938	6,6%	349	2,7%	-62,7%
Produtos laminados planos de ferro ou aços	237	1,7%	347	2,7%	46,9%
Tratores	283	2,0%	302	2,4%	6,6%
Pneumáticos	301	2,1%	263	2,1%	-12,9%
Bombas, compressores, ventiladores, coifas aspirantes;	181	1,3%	187	1,5%	3,1%
Total exportado	14.282	100%	12.800	100%	-10,4%

Fonte: Funcexdata

A pauta de exportação brasileira se manteve concentrada no “cluster” automotivo, que representou, em 2015, mais de 43% das exportações brasileiras para a Argentina. Os automóveis de passageiros responderam sozinhos por quase 20% da pauta total, ou US\$ 2,5 bilhões. O valor é um pouco menor do que o registrado em 2014.

A principal queda em 2015 foi o minério de ferro, com redução de US\$ 395 milhões em exportações, ou aproximadamente 63% inferior ao registrado em 2014. Boa parte dessa queda pode ser explicada pela depreciação no preço da commodity.

No mesmo sentido das exportações, a pauta de importações brasileiras também se concentra no cluster automotivo, que representa cerca de 42% das compras em 2015. Somente automóveis de passageiros e veículos de carga responderam por quase 37% das importações totais, ou US\$ 3,7 bilhões. Em relação a 2014, o valor de importação desses dois produtos caiu em mais de 33%.

Um destaque na pauta de importação é a retomada das fornecimento argentino de trigo. A Argentina ampliou suas vendas do cereal ao Brasil em aproximadamente 76%, atingindo US\$ 934 milhões.

Principais produtos importados da Argentina

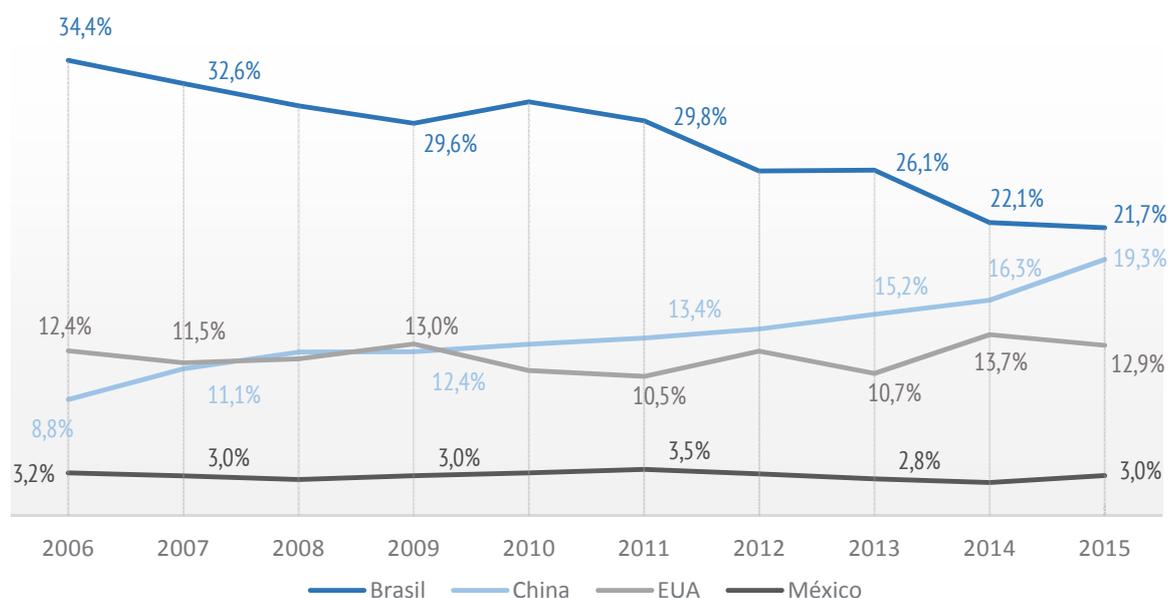
Descrições	2014		2015		Variação 2015/14
	US\$ milhões	Part%	US\$ milhões	Part%	
Automóveis de passageiros	2.943	20,8%	1.941	18,9%	-34,0%
Veículos de carga	2.723	19,3%	1.820	17,7%	-33,2%
Trigo em grãos	530	3,7%	934	9,1%	76,2%
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	750	5,3%	469	4,6%	-37,5%
Polímeros de etileno, propileno e estireno	407	2,9%	311	3,0%	-23,8%
Insetici., formicidas, herbicidas e prod. semelhantes	226	1,6%	274	2,7%	20,9%
Malte inteiro ou partido, não torrado	287	2,0%	235	2,3%	-18,0%
Prod. hortícolas prep. ou conserv. em ácido acético	280	2,0%	232	2,3%	-17,1%
Prod. de perfumaria, de toucador e prepar. cosméticas	286	2,0%	232	2,3%	-18,8%
Naftas	476	3,4%	168	1,6%	-64,6%
Total importado	14.143	100%	10.285	100%	-27,3%

Fonte: Funcexdata

Com a ascensão de concorrentes como a China e com exportações brasileiras para a Argentina caindo desde 2011, o Brasil tem perdido espaço no mercado do país vizinho. A participação dos produtos brasileiros no mercado argentino saiu de 34,4%, em 2006, para 21,7%, em 2015, enquanto a participação chinesa subiu de 8,8% para 19,3% no mesmo período. Há uma troca de posições entre o Brasil e a China no mercado argentino, apoiada pelos acordos firmados entre os dois países em julho de 2014 e aprofundados em fevereiro de 2015, inclusive na área financeira.

A expectativa é que em 2016 o comércio bilateral possa ganhar algum dinamismo, dada as recentes mudanças implementadas pelo novo governo argentino, como a redução de tarifas de exportação e a eliminação do sistema de DJAIS. Apesar dessas melhoras no lado argentino, os problemas estruturais do país permanecem e, juntamente com a crise econômica instaurada no Brasil, deve limitar a recuperação do comércio bilateral.

Concorrência no mercado Argentino



Fonte: World Trade Atlas

Governo define mecanismos para enfrentar a dívida dos importadores

No contexto da crescente dívida que os importadores argentinos vêm adquirindo ao longo dos últimos meses pela dificuldade de se obter divisas no Banco Central da República Argentina (BCRA), o governo estabeleceu dois mecanismos alternativos para que as empresas possam gradualmente saldar suas dívidas:

1) O primeiro mecanismo foi anunciado no início da nova gestão, em dezembro, e consiste no estabelecimento, por parte do BCRA, de um cronograma de pagamentos no qual os importadores podem se cadastrar e programar o pagamento aos seus fornecedores.

O cronograma permitiu a cada importador de bens realizar pagamentos limitados a U\$S 2 milhões até 31 de dezembro de 2015. A partir de 2016, o limite máximo de pagamento foi ampliado para U\$S 4,5 milhões no período entre janeiro e maio e, a partir do mês de junho, os pagamentos serão liberados para qualquer valor. No caso do pagamento de importação de serviços, os limites serão: até U\$S 2 milhões a partir de fevereiro; até U\$S 4 milhões entre março e maio; e livremente a partir de junho.

2) O segundo mecanismo consiste na emissão de um título público (BONAR 16), regulado por resolução conjunta da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Finanças (7/2015 e 3/2015 respectivamente). O título foi emitido em 29 de dezembro limitado a um montante de até U\$S 5 bilhões, valor que representa a dívida reconhecida pelo governo.

O título tem duração de um ano, com data de vencimento em 29/12/2016, e está denominado em dólares, porém subscrito em pesos argentinos. A amortização é mensal e os detentores receberão, a partir de 29 de maio, oito quotas iguais e consecutivas de 12,5% do valor do título, em dólar com juros de 6% ao ano. O objetivo é que os importadores recebam mensalmente um montante em dólares que lhes permita, aos poucos, quitar a dívida que possuem com seus fornecedores no exterior.

Esse novo título só pode ser adquirido pelos importadores com dívidas compreendidas na Comunicação "A" 5850 do BCRA², isto é, empresas privadas com operações que não sejam com organismos internacionais de crédito e que não estejam amparadas em cartas de crédito emitidas ou outorgadas por entidades financeiras locais até o 16/12/2015.

² Link a norma completa: <http://www.bcra.gov.ar/Pdfs/comytexord/A5850.pdf>

A primeira emissão do dia 29 de dezembro totalizou cerca de U\$S 1,1 bilhão, ou seja, cobertura de pouco mais de 20% da dívida reconhecida pelo governo, embora outras estimativas indiquem que os passivos dos importadores podem ultrapassar U\$S 10 bilhões.

O objetivo das alternativas oferecidas pelo governo é de reduzir a incerteza das empresas importadoras e de seus próprios fornecedores e, ao mesmo tempo, adiar a concessão das divisas para o segundo trimestre de 2016, período em que se espera maior solidez das reservas internacionais, ampliadas pelas divisas do setor exportador.

A resolução do problema desta “dívida flutuante” será chave para retomada do setor importador e para a retirada das restrições que limitam a produção em setores específicos que dependem de insumos.

Reduções das tarifas de exportações aumentam entrada de divisas

		Tarifa de exportação	
		Antes	Depois
	Azeite	32%	27%
	Carnes	15%	0%
	Farinha	32%	27%
	Feijão	32%	27%
	Minho	20%	0%
	Ouro e prata	5%	0%
	Soja	35%	30%
	Trigo	23%	0%

Durante a primeira semana de gestão do novo governo argentino, por meio dos Decretos 133/15 e 166/15 foi formalizada uma das principais promessas de campanha de Mauricio Macri: a redução e, em alguns casos, a eliminação das tarifas de exportação.

As tarifas de exportação do trigo, do milho, das carnes, do ouro, da prata, de produtos industriais e de boa parte das manufaturas agropecuárias foram reduzidas a 0%. No caso da soja, cuja tarifa era de 35%, e feijão, farinha e azeite, cuja tarifa era de 32%, tiveram suas alíquotas reduzidas em 5 pontos percentuais. Estimativas apontam que o impacto na arrecadação deve ficar próximo de \$ 50 bilhões, isto é, 0,8% do PIB.

Em paralelo, outra medida esperada pelo setor privado foi publicada no fim de dezembro através da Resolução 4/2015. O Registro de Operações de Exportação (ROE) para as operações de produtos agrícolas, conhecido como “ROE Verde” foi descontinuado. O mecanismo consistia em um sistema de Declaração Jurada cuja aprovação era necessária para que o exportador pudesse dar curso a uma exportação, o que atrasava as operações, prejudicando principalmente os setores exportadores de grãos.

No lugar dos ROE foi implementado o sistema de Declarações Juradas de Vendas ao Exterior (DJVE) a partir do qual os exportadores devem preencher um formulário vinculado à Unidade de Coordenação e Avaliação de Subsídios ao Consumo Interno (USCESCI) com os dados da operação, para que o organismo realize os controles apropriados.

O exportador poderá optar por uma DJVE com validade de 180 dias ou uma de 45 dias. No entanto, no primeiro caso, se o produto for um dos que possuem tarifas de exportação, o pagamento de pelo menos 90% da operação deverá ser realizado dentro de 5 dias úteis desde o registro da DJVE. No segundo caso, o pagamento das tarifas deve ser efetuado no momento do registro.

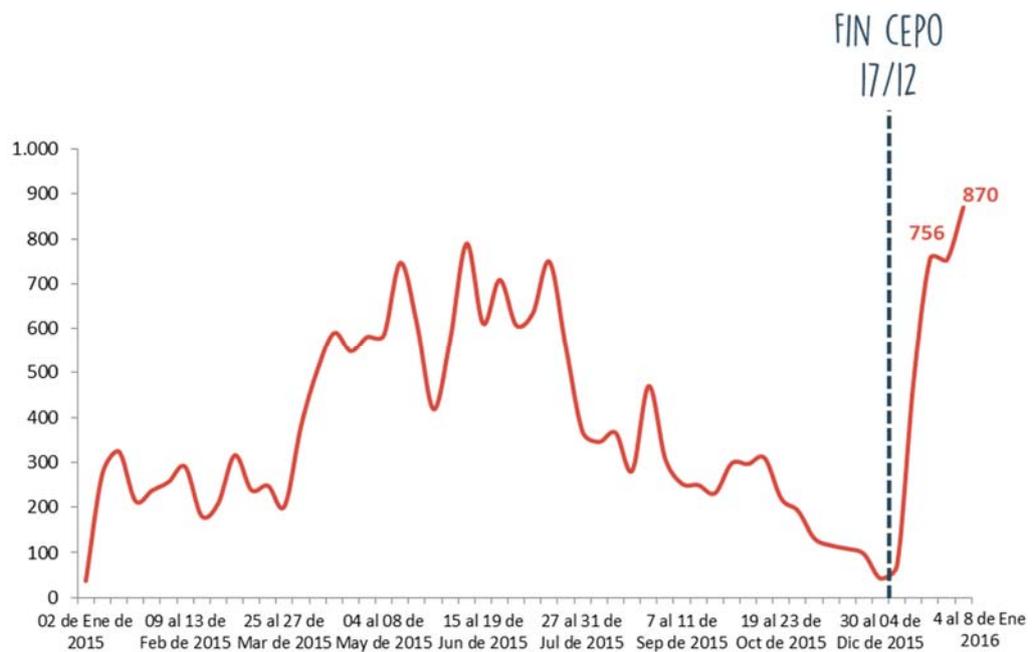
Tanto a eliminação/redução das tarifas como a substituição do ROE Verde pela DJVE tiveram como objetivo incentivar o setor exportador para que liquidasse parte da colheita que ficou armazenada durante os últimos meses, na expectativa de uma desvalorização do peso.

Com as divisas provenientes dessas exportações, o governo pretende amortecer o impacto inicial da retirada do “cepo” cambial. Já possível observar um importante incremento na liquidação de divisas do setor a partir de meados de dezembro, ainda que os valores liquidados se encontrem numa média de U\$S 238 milhões diários, abaixo dos U\$S 400 milhões que foram acordados entre o governo e as empresas de grãos.

Além da liquidação dos estoques retidos, as medidas devem gerar impactos positivos no fluxo futuro de exportações, melhorando a rentabilidade dos exportadores (junto com o aumento na taxa de câmbio) e gerando um cenário de maior previsibilidade que permita estimular a produção e o investimento num dos setores mais estratégicos da economia argentina.

Vale destacar que a eliminação das tarifas pode pressionar a inflação com o aumento dos preços domésticos, sobretudo em relação a produtos sensíveis para a cesta básica familiar. Nesse sentido, o governo deve articular um plano destinado a conter altas nos preços e manter o nível de abastecimento interno adequado para evitar a falta de produtos de primeira necessidade.

Liquidação de divisas de exportações – setor agrícola



Fonte: ABECEB